

FELIPE PEIXOTO BRAGA NETTO
MICHAEL CÉSAR SILVA
VINÍCIUS LOTT THIBAU
Coordenadores

O DIREITO PRIVADO E O
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
Repercussões, Diálogos e Tendências

Belo Horizonte



2018

© 2018 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmarun Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

D597 O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências/ Felipe Peixoto Braga Netto, Michael César Silva, Vinícius Lott Thibau (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.
441 p.

ISBN: 978-85-450-0456-1

1. Direito Privado. 2. Direito Civil. 3. Código de Processo Civil. I. Braga Netto, Felipe Peixoto. II. Silva, Michael César. III. Thibau, Vinícius Lott. IV. Título.

CDD 342.1

CDU 347.1

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; SILVA, Michael César; THIBAU, Vinícius Lott (Coord.). *O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 441 p. ISBN 978-85-450-0456-1.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
--------------------	----

PARTE I

O DIREITO CIVIL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	17
---	----

CAPÍTULO 1

O NOVO PERFIL DA CURATELA: INTERSEÇÕES ENTRE A LBI E O CPC

Nelson Rosenvald	19
1.1 Flexibilização da curatela	19
1.1.1 O binômio capacidade negocial e capacidade de consentir ...	20
1.2 A teoria dos intervalos lúcidos e o termo legal de incapacidade.....	27
1.3 O fim da curatela extensiva.....	29
1.4 A curatela transitória e as revisões periódicas	30
1.5 Curatela conjunta.....	34
1.5.1 Curatela conjunta compartilhada.....	35
1.5.2 Curatela conjunta fracionada.....	36
1.6 A humanização da curatela no CPC/15.....	38
1.6.1 Curador-cuidador.....	38
1.6.2 Personalização da curatela	41
1.7 Conclusão	43
Referências	43

CAPÍTULO 2

A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O RECONHECIMENTO DA POSSIBILIDADE DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS COMO EXERCÍCIO DA SUA AUTONOMIA PRIVADA

Cristiano Chaves de Farias, Melissa Ourives Veiga	45
2.1 A importância das diretivas antecipadas como mecanismo de efetivação da autodeterminação da pessoa humana.....	45

2.2	Nova teoria das incapacidades: a inclusão da pessoa com deficiência como sujeito de direito em igualdade de condições com as pessoas sem deficiência e a liberdade de declarar as diretivas antecipadas.....	50
2.3	A pessoa com deficiência enquadrada no conceito de incapacidade, a estrita abrangência da curatela e a possibilidade de prática de atos existenciais, inclusive as diretivas antecipadas.....	53
2.4	Possibilidade de diretivas antecipadas de vontade por pessoas com deficiência sob o regime de curatela	56
	Referências	59

CAPÍTULO 3

DA (IM)POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA

Bruno Oliveira de Paula Batista, Marcos Ehrhardt Jr.....	61
3.1 Introdução.....	61
3.2 O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a tomada de decisão apoiada.....	62
3.2.1 A tomada de decisão apoiada e a autonomia da pessoa com deficiência	67
3.3 Negócio jurídico processual.....	70
3.3.1 Delimitação do conceito de negócio jurídico processual	73
3.4 Possibilidade de realização do negócio jurídico processual por meio da tomada de decisão apoiada.....	76
3.4.1 Esclarecimentos sobre a capacidade processual	76
3.4.2 Negócio jurídico processual por meio da tomada de decisão apoiada.....	78
3.4.3 Alguns limites ao negócio processual praticado por meio da tomada de decisão apoiada	80
3.5 Considerações finais.....	83
Referências	84

CAPÍTULO 4

NULIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ: ENTRE O CÓDIGO CIVIL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105/2015)

Paulo Nalin, Renata C. Steiner	87
4.1 Apresentação do problema: a validade	87

4.2	Características próprias das nulidades.....	89
4.3	O caráter absoluto da nulidade e as exceções à sua decretação	92
4.4	Conhecimento da nulidade de ofício e oitiva das partes: art. 168, parágrafo único, do Código Civil <i>versus</i> art. 10 do novo Código de Processo Civil.....	95
4.4.1	Decretação de nulidade e direito de participação no processo.....	97
4.4.2	Decretação de nulidade e princípio da conservação dos pactos.....	99
4.4.3	Da validade à eficácia: tendências de direito material e processual	101
4.5	Notas conclusivas	102
	Referências	103

CAPÍTULO 5

SISTEMA DE PROVA DO FATO JURÍDICO À LUZ DOS CÓDIGOS CIVIL E DE PROCESSO CIVIL

	Guilherme Calmon Nogueira da Gama.....	105
5.1	Noções gerais.....	105
5.2	Prova: conceito, princípios e espécies	108
5.3	Modalidades de prova	112
5.3.1	Confissão.....	113
5.3.2	Prova documental.....	115
5.3.3	Prova testemunhal.....	122
5.3.4	Prova pericial.....	126
5.4	Presunção	131
5.5	Nota conclusiva.....	133
	Referências	134

CAPÍTULO 6

TUTELA CONTRA O ILÍCITO: EM BUSCA DE CONTORNOS CONCEITUAIS

	Felipe Peixoto Braga Netto, Karine Cysne Frota Adjafre	137
6.1	Introdução: contextualização e precisões conceituais	137
6.2	Ilícito civil é sinônimo de responsabilidade civil?	140
6.2.1	Uma categoria com eficácia única?	140
6.2.2	Críticas à concepção da eficácia única	141

6.2.3	Convivendo com as outras eficácias	143
6.2.3.1	Ilícito indenizante	144
6.2.3.2	Ilícito caducificante.....	144
6.2.3.3	Ilícito autorizante	145
6.2.3.4	Ilícito invalidante	147
6.3	Abuso de direito ou ilícito funcional	148
6.3.1	O ilícito funcional como uma cláusula geral	151
6.4	Tutela contra o ilícito no novo Código de Processo Civil	152
6.4.1	Noções preliminares.....	152
6.4.2	Tutela genérica × tutela específica	155
6.4.3	Tutela preventiva × tutela repressiva	157
6.4.4	Tutela inibitória, de remoção do ilícito e ressarcitória	160
6.5	Considerações finais – tutela contra o ilícito e prescindibilidade de discussão judicial sobre dano	163
	Referências	166

CAPÍTULO 7

TUTELA PROVISÓRIA E A LIMINAR POSSESSÓRIA

Marcelo de Oliveira Milagres	169
7.1 Introdução.....	169
7.2 Tutela provisória: disposições gerais	171
7.3 Tutela de urgência	172
7.3.1 Tutela de urgência antecipada antecedente	172
7.3.2 Tutela de urgência cautelar antecedente	174
7.4 Tutela de evidência.....	175
7.5 Tutela liminar possessória	176
7.6 Conclusão	178
Referências	178

CAPÍTULO 8

REPETIÇÃO DE PAGAMENTO INDEVIDO. CONDENAÇÃO JUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO (NCPC, ART. 525, §1º, VII)

Humberto Theodoro Júnior	179
8.1 Introdução.....	179
8.2 Abolição dos embargos à execução do título judicial	179
8.3 Natureza jurídica da impugnação.....	181
8.4 Defesa de mérito	183

8.5	A prescrição é basicamente um fenômeno do direito material.....	183
8.6	Prescrição da pretensão condenatória e da pretensão executiva.....	186
8.7	Um caso particular de prescrição e decadência: a sentença da ação de repetição do pagamento indevido.....	187
8.8	Visão pretoriana moderna do enriquecimento sem causa.....	189
8.9	Observações conclusivas.....	191
	Referências	192

CAPÍTULO 9

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA COMO DIREITO DO NECESSITADO, E NÃO COMO FAVOR DO ESTADO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

	Mariza Rios, Newton Teixeira Carvalho	193
9.1	Introdução.....	193
9.2	Considerações sobre Estado e democracia	195
9.3	O princípio da gratuidade de justiça na jurisprudência até o advento do Código de Processo Civil de 2015	198
9.3.1	O papel da Defensoria Pública na efetividade do direito ao acesso à justiça	199
9.4	O princípio da gratuidade de justiça no atual Código de Processo Civil	200
9.4.1	Decisão judicial	201
9.5	A dificuldade no deferimento da assistência judiciária por alguns juízes do Estado de Minas Gerais	204
9.5.1	A jurisprudência e a realidade prática	206
9.6	Alguns argumentos inválidos para o indeferimento da assistência judiciária	207
9.7	Conclusão.....	209
	Referências	211

CAPÍTULO 10

PROVA TESTEMUNHAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: A BUSCA AO RESPEITO DA INEXISTÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE AS PROVAS

	Renato Campos Andrade.....	213
10.1	Introdução.....	213
10.2	Implicações probatórias no direito civil e processual civil.....	214

10.3	Ônus da prova: importância e implicações jurídicas	218
10.4	Prova testemunhal e Estado Democrático de Direito.....	220
10.5	Alterações causadas pelo Código de Processo Civil e possíveis efeitos.....	221
10.6	Considerações finais.....	225
	Referências	226

CAPÍTULO 11

CONTA-SE EM DIAS ÚTEIS OU DIAS CORRIDOS O PRAZO PARA PAGAMENTO NO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA POR QUANTIA CERTA?

Marcos Boechat Lopes Filho	229
11.1 Introdução.....	229
11.2 Normas processuais e normas materiais.....	230
11.3 Prazos processuais, prazos materiais e prazos mistos	233
11.4 Natureza do prazo para pagamento.....	236
11.5 Considerações finais.....	242
Referências	245

PARTE II

O DIREITO DO CONSUMIDOR E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	247
---	-----

CAPÍTULO 1

O DIÁLOGO ENTRE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A SUBSTANCIAL AMPLIAÇÃO DO ÂMBITO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

Claudia Lima Marques, Luis Alberto Reichelt.....	249
1.1 Introdução.....	249
1.2 A formação de um sistema de caráter protetivo a partir da harmônica combinação entre o Código de Defesa do Consumidor e o novo Código de Processo Civil	250
1.3 As inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015 e sua compatibilização com o regime instituído pelo Código de Defesa do Consumidor.....	253
1.4 O diálogo das fontes entre o novo Código de Processo Civil e o Código de Defesa do Consumidor e o incremento em termos de cidadania processual do consumidor.....	258

1.5	Reflexões finais.....	260
	Referências	261

CAPÍTULO 2

A DINÂMICA DE REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

	Bruno de Almeida Lewer Amorim, César Fiuza	265
2.1	Introdução.....	265
2.2	Distribuição e redistribuição do ônus probatório no novo Código de Processo Civil.....	266
2.3	A redistribuição do ônus probatório antes do novo Código de Processo Civil.....	272
2.4	Inversão <i>ope judicis</i> do ônus da prova nas relações de consumo – principais controvérsias e soluções.....	275
2.5	Conclusão.....	285
	Referências	286

CAPÍTULO 3

OS IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NA DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL DO ÔNUS DE PROVAR RELATIVA AO DIREITO DO CONSUMIDOR

	André Cordeiro Leal, Vinícius Lott Thibau	289
3.1	Introdução.....	289
3.2	Os requisitos legais autorizativos da distribuição judicial do ônus da prova no Código de Proteção e Defesa do Consumidor	291
3.2.1	A verossimilhança das alegações do consumidor e a imprestabilidade do raciocínio indutivo.....	291
3.2.2	A hipossuficiência do consumidor e a assimetria de informações.....	294
3.3	O CPC de 2015 e o debate dogmático-consumerista sobre o momento procedimental da distribuição <i>ope judicis</i> do ônus de provar	297
3.4	A controversa (ir)recorribilidade da decisão judicial sobre o ônus de provar	301
3.5	Conclusão.....	303
	Referências	303

CAPÍTULO 4**NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL E AS RELAÇÕES DE CONSUMO:
UMA ANÁLISE DO INSTITUTO À LUZ DA VULNERABILIDADE
PRESUMIDA DO CONSUMIDOR**

Lucas Magalhães de Oliveira Carvalho, Michael César Silva, Samuel Vinícius da Silva.....	307
4.1 Introdução.....	307
4.2 Negociações processuais típicas e atípicas.....	309
4.3 Contratos de adesão	316
4.4 A principiologia contratual e a negociações processuais em sede de relações de consumo: reflexos nos contratos coletivos e atuação do Ministério Público.....	320
4.5 Conclusão.....	326
Referências	329

CAPÍTULO 5**REFLEXOS DA NOVA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL
NO DIREITO DO CONSUMIDOR: A AMPLIAÇÃO DOS
MECANISMOS DE AMPARO**

Elcio Nacur Rezende, Gabriella de Castro Vieira.....	333
5.1 Introdução.....	333
5.2 A jurisdição internacional e o foro do domicílio do consumidor	334
5.2.1 O foro do domicílio/residência do consumidor: um mecanismo de tutela da parte mais vulnerável	336
5.2.2 A jurisdição do domicílio/residência do consumidor: um instrumento processual de combate à abusividade	339
5.3 A atuação dos magistrados: o dever de cooperação na resolução dos conflitos.....	342
5.3.1 Poder diretivo do juiz.....	344
5.4 Considerações finais.....	348
Referências	349

PARTE III**O DIREITO EMPRESARIAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL.....****351**

CAPÍTULO 1

OS PROBLEMAS NA APLICAÇÃO DA TEORIA DA
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E AS
PERSPECTIVAS DECORRENTES DA ENTRADA EM VIGOR DO
CPC/2015

Fernando Solá Soares, Giovani Ribeiro Rodrigues Alves, Marcia Carla Pereira Ribeiro.....	353
1.1 Introdução.....	353
1.2 A personalidade jurídica e o princípio da autonomia patrimonial	354
1.3 A teoria da desconsideração da personalidade jurídica: distorções na sua aplicação	356
1.4 Devido processo legal, contraditório e ampla defesa na desconsideração da personalidade jurídica pelo NCPC.....	363
1.5 Conclusão.....	367
Referências	368

CAPÍTULO 2

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE
JURÍDICA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Vinícius Jose Marques Gontijo	371
2.1 Introdução.....	371
2.2 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica inversa	373
2.3 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	375
2.4 Conclusões	383
Referências	384

CAPÍTULO 3

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Luciana de Castro Bastos, Rodrigo Almeida Magalhães	387
3.1 Introdução.....	387
3.2 A evolução do direito de empresa	388
3.3 Personalização da empresa	390
3.4 A teoria clássica da desconsideração da personalidade jurídica.....	394
3.4.1 <i>Disregard doctrine</i> contemporânea	396

3.5	A aplicação da <i>disregard doctrine</i> no Código de Processo Civil de 2015	398
3.6	Conclusão.....	407
	Referências	407

CAPÍTULO 4

NOVOS HORIZONTES DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES

	Pedro D'Angelo Ribeiro, Roberto Henrique Porto Nogueira	411
4.1	Considerações iniciais.....	411
4.2	Dissolução parcial das sociedades antes do Código de Processo Civil de 2015, de acordo com o Código Civil de 2002	413
4.3	Dissolução parcial: aspectos controversos anteriores ao Código de Processo Civil de 2015	415
4.3.1	Dos atos relativos à liquidação de sociedades na dissolução parcial	416
4.3.2	Possibilidade de dissolução parcial nas sociedades anônimas de capital fechado.....	417
4.3.3	Legitimidade passiva	418
4.3.4	Legitimidade ativa	419
4.3.5	Ônus decorrentes de sucumbência e pagamento de verbas honorárias	420
4.4	A dissolução parcial como procedimento especial no novo Código de Processo Civil.....	421
4.4.1	Objeto.....	422
4.4.2	Legitimidade ativa: sujeitos e condições	424
4.4.3	Legitimidade passiva	426
4.4.4	Procedimento	427
4.4.5	Apuração de haveres.....	429
4.5	Conclusões.....	432
	Referências	433
	SOBRE OS AUTORES	437